

## O mito segundo a ficção: em volta d'A cidade de Ulisses

Myth in fiction: around *A cidade de Ulisses*

**Alleid Ribeiro Machado**

Universidade Presbiteriana Mackenzie

alleid.machado@mackenzie.br

ORCID: 0000-0001-9359-532X

**Palavras-chave:** narrativa de autoria feminina, mitos fundadores, memória, revisão da história, identidade nacional, literatura portuguesa contemporânea.

**Keywords:** female-authored narrative, founding myths, memory, revision of history, national identity, Contemporary Portuguese literature.

*Morrem as gerações, morrem os impérios. Só o mito não morre.*

Manuel C. Pimentel

### No princípio era o mito

Por definição, mitos fundadores ou fundacionais são aqueles relacionados ao início ou à origem de um determinado fato, acontecimento, lugar ou personagem. No caso de Portugal, pode-se atrelar o conceito à origem da nação, sendo composto por suas lendas, heróis e acontecimentos históricos.

“Patrimônio” que constitui a identidade de um povo, o mito fundacional serve de alimento e é combustão para a criação e recriação de narrativas fantásticas, muitas vezes implicadas a fatos ou a personagens históricos, ao longo do tempo. Em torno de seu escorregadio conceito, Mircea Eliade lembra que o mito deve ser estudado e compreendido dentro de seu contexto de produção, a partir de onde ele emerge “vivo”, significativo, fornecendo “modelos para a conduta humana” (Eliade, 2000, p. 8).

De qualquer modo, as histórias que remontam os mitos de origem ou fundadores estão nos ancestrais desenhos rupestres, nos vitrais das igrejas, nas esculturas, nos poemas, na música, na configuração arquitetônica de uma cidade, constituída por suas praças, monumentos, calçadas, enfim.

É possível, assim, entender ou estender a ideia de narrativa mítica a todo tipo de expressão artística que “conta” uma história. Esses mitos são criados e

recriados em narrativas que, num trabalho de resgate e projeção do passado (histórico), reatualizam aspectos significativos da memória coletiva de um povo, de modo que mito, memória e identidade se interrelacionam:

A memória nos dará esta ilusão: o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança. Pela retrospectiva o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi numa nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar sua vida presente [...]. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (Candau, 2021, pp. 15-16)

Em relação ao ensejo de retrospectiva, isto é, ao resgate empreendido pela memória, vale dizer que não se trata de um movimento neutro. A memória, segundo Joël Candau (2021), é parte inerente da identidade, de modo que a perda da memória implica a perda de parte da identidade de um sujeito. Deste modo, conforme discutido por Jacques Le Goff (2005), pode-se aventar que, em relação a uma cultura, recontextualizar um mito fundacional é, em alguma medida, uma forma de resgatar uma dada memória coletiva, reafirmando a identidade nacional de um povo — seus valores e feitos que, via de regra, não devem ou não deveriam ser esquecidos.

Lembrando Michel Foucault (1998), para quem o poder está disseminado em toda sociedade e serve, discursivamente, como uma forma de dominação, o processo de resgate e projeção de uma determinada memória (coletiva) associada a seus mitos e lendas, serve, inclusive, para que um saber seja disseminado e validado como verdade.

Nesse sentido, em termos de periodização literária, como observa Manuel Cândido Pimentel (2008) ao tratar da literatura produzida em Portugal, alguns mitos fundadores são retomados em determinadas épocas históricas com maior ou menor prevalência, disseminando-se nas poéticas, narrativas e dramas. Essas retomadas possuem um caráter dialógico e são vetores de discursos de poder, que, segundo intenções específicas, atualizam ou lançam novas luzes sobre os contextos dos quais decorrem, proporcionando novas leituras.

Feito este preâmbulo, examina-se neste trabalho como o mito de Ulysses é reconfigurado na literatura portuguesa, especificamente em *A cidade de Ulisses*, de Teolinda Gersão (2017). Considerando que a retomada de um determinado mito não é um movimento neutro, e que sua reconfiguração está atrelada a formas de poder, o objetivo é identificar como esse romance de autoria feminina, atrelado à vaga de revisão da história, retoma esse mito fundacional para, segundo nossa hipótese central, promover a desconstrução de narrativas que o sustentam e que também solidificam a identidade nacional portuguesa. Além disso, pretende-se verificar também, ainda que de maneira breve, como o romance acaba por trazer à tona uma discussão em torno da própria condição feminina.

## Teolinda Gersão: revisão da história e do mito

Tal qual acontece em outras nações e povos antigos, a literatura portuguesa é formada por um rico material arqueológico, constituído por conteúdos imaginários que são partilhados pelo povo lusitano ao longo dos séculos. Assim, estudar essa literatura é ter a oportunidade de conhecer um pouco a riqueza histórica e cultural da nação, como, também, seus acontecimentos e personagens fantasiosos, míticos e lendários.

Transitando entre os polos da ficção, da história e do mito, essa literatura pode, muitas vezes, trazer essas referências que, de certo modo, misturam-se e conjugam-se nas tessituras do texto literário. Uma dessas referências trazidas para o espaço textual literário português, em diversos momentos da diacronia literária, liga-se ao lugar mítico de Império poderoso:

Portugal, desde a fundação da nacionalidade, apresenta-se aos olhos da pátria como paladino veraz da fé católica no combate aos muçulmanos, tanto na reconquista cristã da Península quanto na defesa da Terra Santa, pelo que o combate pela fé seria, desde os inícios da nação, uma Especial vocação dos Portugueses, escolhidos por Deus para expandir o Catolicismo pelos povos, como o comprovaria o milagre do aparecimento de Cristo em Ourique, a D. Afonso Henriques. Com os seus reis, realizariam os Portugueses um plano divino, destinado à conversão universal do género humano a Cristo [...]. Se as Cruzadas agiram no plano mental e imaginário dos Portugueses, agiram também na prática ao transformarem o seu ideal em motor de acção, que esteve na origem da tomada de Ceuta (1415), o primeiro gesto imperialista de Portugal, nas campanhas no Norte de África de D. Afonso V (1432- 1481), presente nos Príncipes de Avis e no espírito de D. Sebastião. (Pimentel, 2008, p. 30)

A literatura portuguesa, ao longo dos séculos, tem desempenhado um papel fundamental na construção e perpetuação de um imaginário nacionalista, que associa a identidade do país a um destino glorioso e a uma missão divina de expansão da fé cristã. Essa narrativa, reforçada por eventos como o milagre de Ourique e a tomada de Ceuta, consolidou a ideia de um império predestinado e guiado por um propósito sagrado. No entanto, tal construção mítica contrasta com a realidade histórica da expansão portuguesa, que, como destacam Bethencourt e Curto (1991), não foi um processo linear e homogêneo, mas antes uma sucessão de impérios, moldada por revezes políticos, transferências de capitais e deslocamentos de pessoas. Os mesmos autores ressaltam ainda que “qualquer processo de expansão é violento por natureza e as suas consequências não podem ser ignoradas” (Bethencourt e Curto, 1991, p. 9), evidenciando que, por trás do discurso de missão civilizatória e religiosa, havia também conflitos, dominação e resistência.

Essa tensão entre a visão épica da história e os seus impactos concretos atravessa a literatura portuguesa, especialmente em textos como *Os lusíadas* (1572) e *Mensagem* (1934), que reiteram a imagem de Portugal como nação eleita e privilegiada, portanto divinamente escolhida, compondo uma literatura de marcado carácter nacionalista (Real, 2012). Tais obras estão conjugadas pela certeza mítica de uma nação predestinada, orgulhosa de ocupar uma geografia singular, que a coloca simbolicamente no “centro” do mundo.

Avançando um pouco mais na diacronia literária e olhando-a de forma contrastiva ao que foi explicitado em relação às produções ficcionais de Camões ou mesmo de Pessoa, Miguel Real (2012) lembra que, diante da vaga de autores que impunham diversas visões estéticas entre as décadas de 1960 e 1980, alguns críticos literários, como Eduardo Lourenço, Carlos Reis e Maria Alzira Seixo, acabam por conceber um novo cânone literário, que se insurgiu como expressão de oposição ao Estado Novo. No lugar de uma literatura nacionalista e tradicionalista, desdobra-se “[...] uma literatura europeia, modernista, cosmopolita, de carácter lúdico, realizada plenamente por autores emergidos nas décadas de 80 e 90” (Real, 2012, p. 69).

Neste cenário, é válido ressaltar, grande será o influxo de mulheres escritoras que vão se impor no campo literário tradicional, trazendo novos olhares e perspectivas não apenas em torno de temas universais ou ligados à contemporaneidade. A ênfase poderá recair sobre temas ligados à condição feminina, ou seja, à construção identitária das mulheres face a diversos padrões culturais e sociais impostos pelo patriarcado. Tais questões também poderão aparecer atreladas a outras, como as que se relacionam à identidade nacional e à possibilidade de revisão da história.

Neste cenário vem à tona, no panorama da literatura de autoria feminina pós-década de 1970, o nome de Teolinda Gersão. Trata-se de uma autora cujo primeiro romance é publicado na década de 1980. Segundo Silva (2017, pp. 6102-6103),

Teolinda Gersão, em seu primeiro romance *O Silêncio* (1981) foi logo reconhecida pela crítica e agraciada com o Prêmio de Ficção do Pen Clube, distinção que voltaria a ser concedida a outro romance seu de 1989, *O Cavalo de Sol*. Naquela obra de estreia, a autora já trabalhara com certos temas que serão revisitados, de uma forma ou de outra, nos demais romances: a casa, a mulher e a linguagem (a escrita).

Como é possível observar, Gersão irá contribuir sobremaneira para o adensamento da autoria feminina portuguesa, presentificando-se no cânone literário português. Conforme lembra Real, a partir da publicação de *A árvore das palavras*, em 1997, a autora irá instaurar uma relação literária importante entre Portugal e as ex-colônias, algo que Real denomina como “uma relação verdadeiramente lusófona” (Real, 2012, p. 71). Em 2011, a autora publica *A cidade de Ulisses*, romance que traz à baila, dentre a multiplicidade de temas abordados, questões relacionadas à revisão da história, ou, segundo lembra Silva (2017, p. 6103), “[a] uma particular concepção de História, uma vez que Teolinda reserva apreço maior às histórias pessoais em combinação e entretidas com os dados factuais coletivos, numa espécie de negação da própria perspectiva histórica tomada isoladamente”. Para Caretti e Gobbi (2013, p. 40):

Percebemos a relação entre literatura e história por meio de uma veia mítica já no título do romance. *A cidade de Ulisses* leva-nos ao mito fundacional da cidade de Lisboa, segundo o qual a capital portuguesa teria sido descoberta pelo herói homérico que, retornando à sua Ítaca natal, fora desviado da rota em razão das tormentas às quais estivera sujeito em sua viagem marítima. Dentro da diegese, encontramos várias versões para o mito, uma vez que Paulo vai rememorando as conversas que

tinha com Cecília no que diz respeito às suas considerações conjuntas acerca de Lisboa, concernentes aos mais diversos temas, desde sua origem até os dias atuais.

A análise de Caretti e Gobbi (2013) aprofunda a compreensão sobre a forma como *A cidade de Ulisses*, de Teolinda Gersão, articula literatura, mito e história. Ao remeter ao mito fundacional de Lisboa, que atribui a Ulisses a descoberta da cidade, o romance insere-se em uma tradição literária que revisita os alicerces simbólicos da identidade portuguesa, ao mesmo tempo em que problematiza e reinterpreta tais fundamentos. Como destacam as autoras, a obra apresenta múltiplas versões do mito, reveladas pelas memórias do protagonista Paulo e seus diálogos com Cecília, numa tentativa de desconstruir as narrativas históricas hegemônicas e de abrir espaço para outras formas de ver e sentir a cidade. Essa estratégia narrativa, centrada na pluralidade de vozes e na valorização da memória afetiva e subjetiva, está em consonância com a observação de Silva (2017), que nota na obra de Gersão uma recusa da História única, oficial, em favor de histórias pessoais entretecidas com os fatos coletivos. Assim, *A cidade de Ulisses* não apenas reinscreve a autoria feminina no debate sobre a identidade nacional, mas também propõe uma leitura crítica dos mitos fundacionais, colocando em causa o discurso patriarcal e imperial que tradicionalmente sustentou o imaginário luso.

Nesse sentido, o romance de Teolinda Gersão vem sendo analisado sob a tríade da história, do mito e da literatura, configurando-se como um espaço privilegiado de reescrita crítica do passado. As pesquisas mais recentes sobre *A cidade de Ulisses* situam a obra no campo da literatura contemporânea portuguesa marcada por um movimento de revisão identitária, em que o questionamento dos grandes relatos históricos e míticos nacionais se entrelaça com a valorização das vozes antes silenciadas, sobretudo as femininas. O romance se insere, assim, no conjunto de produções que, a partir da década de 1980, contribuem para o fortalecimento da autoria feminina em Portugal, operando importantes deslocamentos simbólicos no imaginário literário e histórico da nação.

A crítica tem destacado o modo como Gersão articula a experiência individual e afetiva com os traços da memória coletiva, valendo-se de uma linguagem que desestabiliza os discursos hegemônicos e revela fissuras no pacto identitário construído sobre ideais coloniais. Nesse aspecto, observa-se um diálogo com outras autoras e obras que, nas últimas décadas, também vêm tensionando os mitos fundacionais de Portugal e propondo novas formas de representação do feminino na literatura. A inscrição de *A cidade de Ulisses* no cânone contemporâneo, portanto, não se dá apenas pela relevância estética da obra, mas também pela sua potência crítica e política, o que a torna objeto de interesse crescente nos estudos literários voltados à intersecção entre gênero, memória e identidade.

A narrativa, organizada por uma “Nota inicial” seguida de três capítulos<sup>1</sup>, elabora-se por meio das lembranças de Paulo Vaz, um artista plástico, que recorda sobretudo e densamente a relação amorosa vivenciada com a moçambicana Cecília

<sup>1</sup> Estruturalmente, o romance traz uma “Nota inicial” em que a autora manifesta o seu interesse de fazer um romance em diálogo com as artes plásticas, seguida de três capítulos: Capítulo I (dividido em três partes: 1. Em volta de um convite; 2. Em volta de Lisboa; 3. Em volta de nós);

Branco. Suas recordações, que permitem conhecer a intimidade da relação entre esta jovem mulher “com nuances louras, contrastando com a pele bronzeada, os olhos grandes, entre o cinzento e o verde” (Gersão, 2017, p. 25), e este homem “errante”, “errático” e “mais velho” (Gersão, 2017, p. 35), serão entremeadas por fios discursivos que acabam por se espriar na própria história portuguesa. É, pois, Paulo Vaz, configurado como narrador principal da narrativa, que irá guiar os leitores a um emaranhado de memórias que vão do espectro pessoal ao histórico, do particular ao coletivo.

Tudo começa com um convite para que Paulo Vaz, juntamente a outros artistas plásticos, elabore em exposições diversas “o [...] olhar sobre o país”. No que tange a Paulo, caso concordasse com o convite, “que o tema [dele] fosse Lisboa” (Gersão, 2017, pp. 15-16). O que Paulo Vaz deveria fazer então era propor “uma visão pessoal sobre a cidade. Só isso [...]”, de forma a “[...] transformar o que via numa obra de arte. Por vezes, cruel. Não era afinal o que [ele] fazia sempre?” (Gersão, 2017, p. 17).

Este é um dos motes do romance, dentre as múltiplas possibilidades temáticas trazidas à superfície. Reconstruir Lisboa, retratá-la plasticamente. E este mote, em específico, conduz, como já foi afirmado, a um emaranhado de sensações e lembranças. Por meio das memórias de Paulo Vaz, adentra-se em outro tempo, ambivalente, entre o histórico e o mítico. Em outras palavras, está-se aí diante de um romance cuja narração se realiza numa relação dicotômica entre o passado das histórias pessoais, que se mesclam ao passado histórico e mítico, e o presente dos acontecimentos factuais, que se projetam para um futuro em que o mito se ressignifica.

Havia pelo menos dois mil anos que surgira a lenda de que fora Ulisses a fundar Lisboa. Não se pode ignorá-la, como se nunca tivesse existido. Havia ali vinte e nove séculos que o rasto de Ulisses andava no imaginário europeu, a civilização helénica foi berço da Europa [...]. Segundo a lenda Ulisses dera a Lisboa o seu nome, Ulisseum, transformando depois em Olisipo através de uma etimologia improvável. (Gersão, 2017, p. 43)

Ao transitar, de tal modo, entre esses planos temporais, o romance põe em causa não apenas as memórias pessoais de Paulo Vaz, que oportunizam uma reflexão sobre problemáticas ligadas à atualidade, mas, igualmente, proporciona um olhar em retrospecto, que direciona para o pretérito dos acontecimentos históricos. Há no romance, desta forma, uma cidade real recriada pela ficção, conferindo a ela “um estatuto singular [...] contaminada portanto pela literatura, pelo mundo da ficção [...]” (Gersão, 2017, p. 43).

A Lisboa de Ulisses não era, portanto, invenção dos nossos renascentistas, que retomaram o mito numa época em que a Antiguidade se tornara modelo e moda, muito menos era invenção nossa. Não tínhamos culpa de que por exemplo Estrabão tivesse escrito no século I, na Geografia, que Lisboa se chamava Ulisseum por ter

---

Capítulo II, intitulado “Quatro anos com Cecília”; e, por fim, Capítulo III, denominado “A cidade de Ulisses”.

sido fundada por Ulisses [...], que Santo Isidoro de Sevilha afirmasse no século VII que “Olissipona foi fundada e denominada por Ulisses, no qual lugar se dividem o céu e a terra, os mares e as terras”. (Gersão, 2017, p. 45)

O excerto em destaque evidencia como a história mítica de Ulysses é colocada em circulação desde os mais remotos tempos. Nesse sentido, cabe lembrar que Odisseús, acepção grega, ou Ulysses, acepção romana, foi um herói da guerra de Troia que consta na *Odisseia* e na *Iliada*, de Homero. Ele era protegido de Atena, deusa da sabedoria e da artimanha da guerra, tendo ficado conhecido por sua inteligência e audácia. Na *Odisseia*, ele é visto, depois da campanha vitoriosa de Troia, a empreender a viagem de retorno a Ítaca, onde deixara Penélope e o filho Telêmaco. Tal viagem de retorno, que se faz pelo mar mediterrâneo, terá a duração de dez anos, principalmente em decorrência dos obstáculos impostos por Poseidon, cuja fúria o herói havia despertado.

Ulysses teria chegado a Portugal, ou nesse território compreendido na Península Ibérica, no périplo de volta ao lar. Lá, supostamente, teria fundado a cidade de “Olissipo” (Lisboa). Talvez, a narração de uma viagem conduzida por um herói da estatura de Ulysses, que se faz pelo mar e pelo indômito oceano, faça conexão com a própria cultura portuguesa, de modo que será usual para os lusitanos comporem parte de sua própria identidade (nacional) a partir do mito desse herói.

Desde a própria constituição da nação portuguesa enquanto tal, circula a ideia de que a cidade de Lisboa teria sido fundada pelo herói grego. Numa perspectiva diacrônica da literatura, poder-se-ia dizer que o mito de Ulysses (e a ideia de que teria sido fundador de Lisboa) é posto em circulação em prosa e verso por diversos poetas e escritores, uma vez que, conforme Ferreira (1996, p. 437),

Os mitos gregos são uma presença constante na cultura europeia. Ulisses é um dos mais frequentes na literatura portuguesa. O elemento essencial deste mito na Antiguidade Clássica reside na prudência e astúcia, no espírito de aventura e gosto de tudo experimentar, na fidelidade e desejo de retorno à sua ilha e para junto dos seus.

É importante salientar que, nos séculos XV e XVI, quando começam e transcorrem as campanhas de expansão marítima, momento de grande investimento bélico e humano, alguns mitos fundacionais, principalmente ligados a certas personagens fictícias e históricas, como Ulysses, Viriato ou Afonso Henriques, são amplamente resgatados, de forma que há neste “resgate” uma espécie de intenção propagandista. O interesse no resgate dessas narrativas que engrandecem o sangue lusitano é evidente, aparecendo expresso com bastante clareza n’*Os lusíadas*, de Camões, o qual já foi citado brevemente:

O futuro, na passagem do século XVI para os finais do século seguinte, encarregar-se-ia de apurar e desenvolver este providencialismo da consagração régia de D. Afonso Henriques, de uma forma muito mais explícita, ordenada para a ideia do primeiro rei como fundador de um reino sem par na história dos reinos conhecidos, de um império que no milagre de Ourique fora prometido, emerso da gesta quinhentista dos Descobrimentos por engenho da Dinastia de Avis e anunciado ao orbe para a dilatação da Fé em Cristo. A visão imperial do mito de Portugal tem raízes no ainda incipiente providencialismo do milagre de Ourique, e se desabrocha com o saber dos nossos humanistas, incluindo Camões (1525-1579 ou 1580)

— que é certamente, com *Os lusíadas* (1572), o maior construtor da arquitectura mitogénica e poética da nossa nacionalidade. (Pimentel, 2008, p. 13)

Conforme a citação de Pimentel destaca, a ênfase nos grandes feitos dos “barões assinalados”, implicados na disseminação da fé e do Império, pode indicar que, na contramão do ideário vigente, havia vozes contrárias à campanha de expansão (e dominação pelas armas e em nome da fé), algo que a narrativa de Gersão procura ressaltar:

Íamos procurar o longe, descurando o que ficava perto. O país despovoava-se, se não havia braços nem vontade para cultivar nem pescar e era demasiado caro o esforço contínuo da guerra, porque a expansão se fazia pelas armas. A “glória de mandar” desfez-se rapidamente em vaidade e espuma. O Velho do Restelo foi sempre criticado e mal-visto, e ninguém aproveitou uma única palavra do que ele disse. (Gersão, 2017, p. 61)

Nem todos, na esfera social, estavam satisfeitos ou concordavam com a política expansionista, mas é a vontade política de dominar mares, povos e novos territórios que vai prevalecer até, pelo menos, a tragédia de Alcácer-Quibir. Recuperando uma vez mais Foucault (1998), para quem não haveria um discurso de poder homogêneo dominante, mas configurações de poder, estratégias de dominação, é possível dizer que as narrativas míticas seriam os dispositivos utilizados como forma de controle do soberano sobre a população em geral. Nesse sentido, pode-se suspeitar que realmente havia um interesse dos grupos dominantes pelas narrativas/poéticas ligadas à história e à identidade nacional, inclusive, para enfatizar certos aspectos e alcançar determinados fins.

Nesta mesma direção, no livro *O problema da incredulidade do século XVI: a religião de Rabelais*, ao rever alguns pressupostos metodológicos para a interpretação da história, Lucien Febvre (2009) lembra que a religião, especialmente o cristianismo, representava a cosmovisão prevalente para o homem medieval, em todos os âmbitos: seja na vida privada ou na vida pública, ele era o guia de pensamento e conduta dos homens, sendo veiculado com o sentido único de verdade.

Se ciência era um termo anacrônico ao período<sup>2</sup>, todas as explicações dos fenômenos da realidade se faziam por intermédio do sobrenatural, de modo que nada era questionado porque não havia sequer espírito crítico. A “imprensa” e a ficção elaboradas neste período se tornavam um espaço fecundo para a veiculação de mitos e lendas atrelados ao viés do pensamento dominante. Portanto, a adesão da população à campanha marítima para expansão do Império estava ligada a uma noção místico-religiosa para qual tudo era válido, pois Portugal, como já descrito, era uma nação escolhida.

<sup>2</sup> Em *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, Foucault, ao se debruçar sobre Cervantes, afirma que o que se tinha no âmbito da renascença “[...] não seria mais do que o lugar liberal de um afrontamento entre a fidelidade dos antigos, o gosto pelo maravilhoso e uma atenção já despertada para essa soberana racionalidade na qual nos reconhecemos” (Foucault, 2007, p. 44).

De qualquer forma, depreende-se que, durante os séculos da expansão marítima portuguesa, o regaste de um mito fundacional tinha o interesse de provocar a adesão da população para as perigosas e arriscadas campanhas ultramarinas. Havia, neste contexto, uma concepção de mundo teocêntrica que persistia e se espalhava por toda a parte, de modo que qualquer ideia ligada ao fantástico, ao impossível, tinha um valor de verdade. Sem dúvida alguma, havia ali um ambiente místico muito propício para o desenvolvimento ou para a propagação de lendas e mitos.

Entretanto, se toda história mítica, que relata a origem de alguma coisa, pressupõe e prolonga algo sagrado, cosmogônico (Eliade, 2000), Gersão parte da crença numa lenda mítica da criação de uma cidade por um herói lendário para cunhar o seu romance e provocar uma reflexão em torno, por exemplo, do passado histórico, de sorte que se pode formular a seguinte questão: ao reorganizar a memória desse passado “forte” e “mítico”, o que a memória “seletiva” de Paulo Vaz deseja prolongar ou apagar? É possível dizer que o resgate do mito contemporaneamente assume outros interesses, distintos daqueles veiculados nos séculos da expansão.

Para Real (2012), o romance posterior à década de 1980 tem retomado o passado, principalmente, devido à necessidade de sua recompreensão. Nesse âmbito, ao examinar as páginas de *A cidade de Ulisses*, observa-se que Paulo Vaz deseja olhá-lo não por um viés idealizador, mas sob as lentes críticas que evidenciam as mazelas da história portuguesa, seja nos processos de expansão dos territórios ultramarinos e nas guerras coloniais, ou, por outro lado, no patriarcado latente, na xenofobia imposta aos “estrangeiros”, enfim, procedendo a toda uma revisão em torno destes fatos e das verdades circulantes em torno deles, como se pode observar no excerto a seguir:

A partir do século XV, a Europa julgava-se numa posição superior, porque tinha sido ela a fazer a viagem até outros povos e continentes. Não dava conta de que fora perturbar a sua existência, quebrar a sua cultura, as suas crenças, o seu modo de ver o mundo [...]. E também nos enganávamos ao pensar que éramos o centro do mundo, e eles a periferia. O mundo era redondo, qualquer lugar, a partir do qual se olhasse, podia ser o centro: a Europa ou a América, a África, a Ásia. (Gersão, 2017, pp. 57-58)

A narrativa, portanto, percorre as linhas da história oficial, revisitando-a criticamente, procurando estabelecer uma possível versão para o surgimento do mito em seu aspecto lusitano. Segundo *A cidade de Ulisses*, lá atrás, “os romanos tinham [...] interesse em espalhar o mito, que apoiavam nos numerosos vestígios da chegada até aqui da civilização helênica. Era fácil ligar esses vestígios a Ulisses, e efabular sobre uma Lisboa grega” (Gersão, 2017, p. 45).

Além de promover um percurso pela história de Portugal, a narrativa também conduz o leitor pela geografia territorial e simbólica da nação, pelas mãos de seu mito fundador, num percurso igualmente crítico. De fato, *A cidade de Ulisses* apresenta a cidade de Lisboa por meio de uma viagem sensitiva. Na verdade, a perspectiva sobre a cidade vai sendo composta a partir do olhar e das sensações desse narrador, figura fulcral, e, por este ângulo, pode-se dizer que é assim que Lisboa se ressignifica:

Caminhavas com um segredo dentro de ti, que não era visível para ninguém mas transformava o mundo. Sim, o 28 continuava a passar, chocalhando nos carris, ainda servia os lisboetas em algumas zonas, e os turistas apanhavam-no por divertimento, como se ele pudesse levá-los aos séculos passados. (Gersão, 2017, p. 33)

O movimento de leitura do romance parece circular. A narrativa, principalmente no que tange ao subcapítulo 2 - “Em volta de Lisboa”, parece ser um convite para um passeio no Elétrico 28, partindo, quem sabe, do Campo de Ourique, de forma que, empreendendo qualquer percurso, volte-se para o início, para o ponto de partida. Passeando por Lisboa, a partir de qualquer ponto, consegue-se seguir “as pegadas do mito”. A própria narrativa coloca-o em movimento, e vai tratando de mostrar essas pegadas, de modo que o mito adentra a cidade, a cidade adentra o mito e cada leitor vai adentrando, cada vez mais, a narrativa.

O resgate do mito, e as mostras de sua reconfiguração nos meandros da cidade, desloca o olhar para um espaço que, pouco a pouco, desmistifica-se, posto que agora, no percurso proporcionado pela narrativa, o espaço e a cidade vão sendo reconstruídos “pelo nosso olhar” (Gersão, 2017, p. 41). Uma cidade que se ressignifica pelo aroma de castanhas assadas; pela imagem simbólica da Igreja da Graça, virada para um miradouro com vista sobre a cidade e o rio; e por todas as lembranças de Paulo Vaz nestes locais. Afinal, “[...] a vida não gira em torno da cidade, mas em volta de nós” (Gersão, 2017, p. 41).

### O mito segundo a ficção: em volta d’A cidade de Ulisses

Como foi possível observar, a narrativa proporciona um trajeto sensitivo conduzido pelas impressões (ativadas pela memória) do protagonista acerca da cidade. É um percurso interior que se projeta no exterior, trazendo à tona essas lembranças individuais que se conectam com as experiências e a memória coletiva (de um povo, da nação). A partir desse movimento, o mito é ressignificado e desmistificado, pois o escopo é propor uma reflexão (para além de uma história pessoal) que atravessa a “história da nação”, voltando-se, ao fim e ao cabo, às questões universais e humanas.

De qualquer modo, o mito parece ser reconfigurado no espaço da cidade por onde memórias pessoais e históricas entremeiam-se, conjugadas num espaço geográfico e simbólico. Nesse campo, o espaço geográfico de uma cidade parece concentrar significados que extrapolam os aspectos concretos que o definem, ou seja, como apenas uma “[...] aglomeração humana localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas [...] destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo; urbe” (Cidade, 2024).

Para além desse significado mais elementar, Henri Lefebvre (2000) lembra que a produção do espaço geográfico, de fato, é uma configuração de diversas atividades, tais como culturais e políticas. Para o filósofo, nomear uma rua, ou um espaço qualquer, é uma forma de atribuir um significado e reafirmar uma memória. Desta feita, o espaço (geográfico) tem este componente subjetivo. Assim, não é muito difícil entender o espaço que constitui a cidade de Lisboa, na narrativa, como uma categoria de produção de sentido.

Em *A cidade de Ulisses*, o espaço da cidade, constituído por seus territórios, lugares, pessoas e paisagens, acaba por reavivar, simbolicamente, a natureza do mito. Cada região de Lisboa concentra uma história, que resgata, ao fim, outra história. E quais histórias serão lembradas? E que valores serão atribuídos a estas histórias no século XXI e depois? Ou, por outra, quais histórias devem se repetir? A historiadora Ecléa Bosi (2009, p. 55), em *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, livro que trata da memória social ancorada na velhice, afirma que “[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. A narrativa de Gersão empreende esta rememoração. Paulo Vaz volta-se para o passado “refazendo-o” à luz do presente, pois

[...] a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. (Bosi, 2009, p. 55)

O romance é um convite para um passeio histórico, mítico e geográfico. A narrativa, ao propor tal percurso, também proporciona que os rastros do mito sejam seguidos, de modo que ele vai sendo construído e desconstruído em sua itinerância. Em relação a esse importante aspecto, “sobre a relação de Ulisses com Lisboa”, segundo as páginas do romance, não era necessário “inventar nada, já tudo tinha sido inventado havia dois mil anos, e essa história, porque tinha pés para andar, continuara a andar pelos séculos afora” (Gersão, 2017, p. 43).

Retomando o que já foi evidenciado alguns parágrafos atrás, o mito é desconstruído por meio da própria revisão da história, principalmente centrada na expansão marítima. Se na ficção nacionalista de Pessoa todo esforço decorrente do movimento expansionista terá valido a pena, em detrimento das perdas humanas e materiais, como expresso em *Mar português*, no romance de Gersão esse movimento de partida será o mote para tratar dos que ficaram:

Ulisses parte para a guerra e para o mar, deixando para trás a mulher e o filho [...]. Ao longo dos séculos também nós vivemos essa história de mulheres esperando sozinhas, de filhos crescendo sem pai, foi assim nas cruzadas, nos Descobrimentos, na guerra colonial, na emigração, até ao século XX. (Gersão, 2017, p. 49)

Como é possível observar, Teolinda Gersão utiliza o mito de Ulysses como mote para examinar as consequências emocionais e sociais da partida masculina, um tema recorrente ao longo da história portuguesa marcada pela expansão marítima e suas repercussões. Ao destacar como Ulysses deixa para trás sua família em busca de aventuras, Gersão não apenas desconstrói o mito clássico do herói guerreiro, mas também critica a narrativa nacionalista que glorifica os sacrifícios da expansão marítima sem considerar as perdas humanas e familiares que ela acarreta. Este enfoque revela uma perspectiva de gênero crítica sobre a identidade nacional portuguesa, que tradicionalmente se baseia na força e no poder masculinos.

Eis aí uma lacuna a ser preenchida pela ficção e um mito a ser também por ela desconstruído. Não apenas aquele engendrado em torno de Ulysses, mas toda a sorte de narrativas que sustentam a ideia de uma identidade nacional calcada na força, na virtude e no poder dos “barões assinalados”, em que tudo terá valido a pena, conforme corrobora o excerto a seguir:

Assim Ulisses encontra na guerra de Troia um álibi perfeito para abandonar Penélope. A mulher, o filho e a ilha de Ítaca tornaram-lhe a vida demasiado estreita, está cansado do quotidiano doméstico e anseia por fazer-se ao largo, em busca de aventuras. Tem saudade do mundo forte dos homens, do mundo sem mulheres que é o mundo da guerra. Não porque deseje como Aquiles o amor e o sexo com outro ou outros homens, mas porque a vida familiar se tornou para ele sufocante. (Gersão, 2017, p. 49)

Nesta passagem, Gersão subverte o mito de Ulysses ao propor as razões profundas por trás de sua partida de Ítaca. Enquanto a tradição mitológica frequentemente retrata Ulysses como motivado pelo desejo de aventura e glória na guerra, Gersão sugere que sua decisão é também uma fuga do ambiente doméstico, visto como restritivo e sufocante. Ao fazer isso, a autora não apenas provoca um enfrentamento da idealização do herói masculino, mas também põe em causa os valores patriarcais que historicamente têm moldado a identidade nacional portuguesa. Tal desconstrução não se restringe apenas ao mito de Ulysses, mas se estende a todas as narrativas que sustentam uma visão unilateral da história e da identidade nacional, sugerindo uma revisão crítica necessária desses paradigmas.

Aliás, a questão da condição feminina, a que os dois trechos citados remetem, aparecerá com força crítica, inclusive, nos desdobramentos do romance. Veja-se, como exemplo, as lembranças de Paulo Vaz expressas no subcapítulo 3 - “Em volta de nós”, acerca de sua mãe, Luísa Vaz, de quem toma para si o sobrenome artístico, posto que lhe servira sempre de inspiração, e o relacionamento conturbado com um pai autoritário e opressivo, Sidónio Ramos, um oficial do exército:

Muitas vezes senti no entanto que a minha vida consistia nessa tarefa impossível: enfrentar aquele homem, defender-me e defender a minha mãe contra ele. Porque também ela o receava. Eu sabia, embora ela nunca o dissesse. Mas era visível o seu nervosismo quando chegava a hora de ele vir, a pressa com que largava o que quer que estivesse a fazer para se certificar que tudo estava conforme [...]. Então sentava-se na sala e esperava-o. Esperar também já era um modo de servi-lo [...]. (Gersão, 2017, p. 92)

A citação em destaque trata da relação conflituosa entre Paulo Vaz e seu pai. Paulo se vê constantemente em uma posição de “defesa” contra essa figura opressiva, que também impõe medo a sua mãe, Luísa. A imagem de Luísa é de uma mulher submissa diante da presença do marido, refletindo a opressão que ela enfrenta na convivência familiar diária.

Essa dinâmica familiar evidencia a vulnerabilidade das mulheres frente ao patriarcado dominante. Nesse sentido, a presença física do pai é suficiente para gerar tensão e submissão na mãe e no filho. A luta de Paulo para proteger sua mãe contra essa figura autoritária sublinha a crítica à opressão masculina e à necessidade de defesa das mulheres em um ambiente patriarcal.

No contexto do romance, Gersão propõe uma releitura do mito de Ulysses ao dessacralizá-lo, revelando a relação opressiva subjacente à espera de Penélope. Enquanto na narrativa clássica, Penélope é retratada como a esposa fiel que aguarda pacientemente o retorno de Ulysses, Gersão inverte essa perspectiva, demonstrando como o desejo de Ulysses por aventuras e seu afastamento constante criam uma dinâmica de espera que não apenas isola Penélope, mas também expõe a natureza opressiva dessa situação.

Essa desconstrução, além de questionar o papel tradicional de Penélope na mitologia, também recontextualiza o mito sob a dinâmica de uma perspectiva contemporânea, lançando luzes sobre as complexidades dos relacionamentos e das expectativas de gênero atuais. Ao reinterpretar o mito, o romance incita uma reflexão sobre os padrões patriarcais enraizados na sociedade, evidenciando como essas narrativas históricas podem ser reexaminadas à luz das questões de gênero e das dinâmicas interpessoais contemporâneas.

Além disso, independentemente do chamado ou da vocação de Ulysses, sua vida de experiências e aventuras fora de casa não justifica a opressão feminina. O cerne da questão reside no poder masculino que Ulysses representa e na opressão que isso acarreta para as mulheres, constituindo uma crítica profunda ao patriarcado. A autora habilmente inverte a história mítica ao mostrar Paulo Vaz sendo abandonado por sua amada Cecília, ao invés de Penélope esperando Ulysses. Sem explicações, Paulo é deixado para trás, sendo obrigado a se reinventar diante de uma cidade que perde seu significado sem o amor mútuo.

A resignificação do mito continua presente no final do romance, quando Paulo Vaz atravessa o Atlântico em direção ao Brasil, buscando Sara, um amor que cresce em força e significado. Esta nova odisseia reflete a perenidade do mito (de Ulysses) na literatura contemporânea portuguesa, projetando-se por meio das artes plásticas na exposição sobre Lisboa organizada por Paulo em homenagem a Cecília, e revivendo o passado afetivo dos amantes. Assim, o mito persiste, transformando-se e adaptando-se para o futuro, como ilustrado pela epígrafe que abre este artigo e pela jornada de Paulo em direção ao novo horizonte no Brasil.

## Considerações finais

Como demonstrado neste artigo, um mito fundador está intimamente ligado à origem de alguma coisa. Ele surge e se fundamenta em algo fantástico ou mesmo em um acontecimento factual. Em termos literários, para Fernando Pessoa, ele é, ao mesmo tempo, o nada que é tudo. De caráter ambíguo e escorregadio, o poeta português diria que o mito seria nada porque, do ponto de vista da realidade, não representaria uma verdade dita “objetiva”. Ao mesmo tempo, contrastivamente, o mito poderia ser tudo, se visto como a melhor representação da riqueza cultural de um povo. É neste contexto que se torna interessante examinar o mito de Ulysses na narrativa de Gersão: como algo que, em sentido simbólico, pode explicar a identidade nacional lusitana.

A literatura portuguesa contemporânea tem buscado revisar seus mitos fundadores, num trabalho que, ao mobilizar a memória, não apenas reclama o passado histórico, mas também vasculha a condição do sujeito contemporâneo,

considerando-o em um contexto que vai do individual ao coletivo. Por tudo que foi exposto ao longo deste artigo, observa-se que o romance de Gersão realiza esse intento.

Ao examinar as páginas de *A cidade de Ulisses*, especialmente no subcapítulo “Em volta de Lisboa” e no capítulo “A cidade de Ulisses”, é evidente que, além das questões históricas e míticas relativas ao passado nacional português, surge uma outra questão imperativa: a condição feminina em um contexto patriarcal. Como foi destacado, a retomada de um mito implica um discurso dialógico e de poder. As mulheres não apenas fizeram parte da história, mas também estão presentes nas narrativas míticas. No entanto, o romance de Gersão, numa perspectiva contemporânea, denuncia a ausência deliberada do feminino nas escolhas de Ulysses, subvertendo o paradigma mítico que envolve a relação entre Ulysses e Penélope. Como mencionado anteriormente, Ulysses/Paulo Vaz é abandonado por Penélope/Cecília Branco, relegado ao silêncio e à espera sem perspectiva de retorno de sua amada.

Neste artigo, buscou-se discorrer sobre a hipótese de que a releitura do mito de Ulysses no romance de autoria feminina examinado estava atrelada ao desejo de Gersão de propor sua desconstrução. Essa iniciativa traz à tona o que está por baixo da superfície: as versões paralelas propostas pelo romance em torno do herói mítico revelam uma história incômoda. Lisboa é transformada pela capacidade do mito de se reinventar, revelando novas camadas de significação relativas à História portuguesa, talvez antes subliminares.

Por meio da reconfiguração do mito de Ulysses, a história colonial e pós-colonial pode ser analisada sob a perspectiva dos portugueses ancestrais e suas perdas, dos povos colonizados e das opressões de gênero. Esses pressupostos compõem, ao fim e ao cabo, a narrativa portuguesa contemporânea pós-Revolução dos Cravos, atrelada ao desejo de recompreender a história sob um novo prisma.

## Referências bibliográficas

- Bethencourt, F., & Curto, D. R. (Orgs.). (1991). *A memória da nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Bosi, E. (2009). *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Candau, J. (2021). *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto.
- Caretti, A. C. da S., & Gobbi, M. V. Z. (2013). Um passeio com mito e história n’*A cidade de Ulisses*, de Teolinda Gersão. *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, 13, 39-54. Disponível em <https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/253/244>.
- Cidade. (2024). *Dicionarium.com*. Disponível em <https://dicionarium.com/cidade/>
- Eliade, M. (2000). *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva.
- Febvre, L. (2009). *O problema da incredulidade do século XVI: A religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ferreira, J. R. (1996). O tema de Ulisses em cinco poetas portugueses contemporâneos. *Mathesis*, 5, 437-462. doi: 10.34632/mathesis.1996.3773
- Foucault, M. (1998). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gersão, T. (2017). *A cidade de Ulisses*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.
- Homero. (1996). *Odisseia* (Tradução de Manuel Odorico Mendes; edição de Antônio Medina Rodrigues, 2ª ed.). São Paulo: Ars Poetica: Editora da Universidade de São Paulo.

- Lefebvre, H. (2000). *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos. Disponível em [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02\\_arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf)
- Le Goff, J. (2005). *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp.
- Pimentel, M. C. (2008). O mito de Portugal nas suas raízes culturais. In A. T. Matos; M. F. Lages (Eds.), *Portugal: Percursos de interculturalidade v. 3* (pp. 7-52). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Real, M. (2012). *O romance português contemporâneo: 1950-2010*. Alfragide: Editorial Caminho.
- Silva, O. R. (2017). Teolinda Gersão, contadora de histórias. *Anais do XV Congresso Internacional Abralic*, Rio de Janeiro, 4, 6102-6108. Disponível em [https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017\\_1522173575.pdf](https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522173575.pdf)

## Resumo

Este artigo apresenta uma análise do romance *A cidade de Ulisses*, de Teolinda Gersão (2017), a fim de compreender como a ficção portuguesa recente tem revisitado a história pretérita e a atual, por meio de seus mitos fundadores. Assim, verifica como a reconfiguração do mito de Ulysses é levada a efeito nessa narrativa de autoria feminina, partindo do pressuposto de que tal revisitação acaba por ser uma oportunidade para, de um lado, evidenciar uma discussão em torno das mazelas provocadas pela colonização e seus desdobramentos (Real, 2012) e, de outro, para colocar em pauta a própria condição feminina. Com intuito de seguir os rastros do mito e verificar a sua atualização face ao que foi descrito, num primeiro momento, empreende um percurso teórico em torno da própria definição de mito, conforme Eliade (2000) e Pimentel (2008). Num segundo momento, como na narrativa de Teolinda Gersão o mito reconfigura-se no espaço da cidade por onde memórias pessoais e coletivas entremeiam-se, são trazidas para o campo de discussão questões relacionadas ao espaço geográfico e simbólico, assim como à memória, à identidade e ao poder, segundo autores como Candau (2021), Febvre (2009) e Foucault (2007).

## Abstract

This article presents an analysis of the novel *A cidade de Ulisses*, by Teolinda Gersão (2017), aiming to understand how recent Portuguese fiction has revisited both past and current history through its founding myths. It examines how the reconfiguration of the myth of Ulysses is carried out in this narrative authored by a woman, presupposing that such revisitation becomes an opportunity to, on the one hand, highlight a discussion around the woes caused by colonization and its ramifications (Real, 2012), and on the other hand, to address the condition of women. In order to trace the myth's traces and ascertain its update in relation to what was described, it first undertakes a theoretical journey around the definition of myth, as proposed by Eliade (2000) and Pimentel (2008). Secondly, as in Teolinda Gersão's narrative, the myth is reconfigured within the city space where personal and collective memories intertwine, bringing into discussion issues related to geographical and symbolic space, as well as memory, identity, and power, according to authors such as Candau (2021), Febvre (2009), and Foucault (2007).

